

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS DA M. DIAS BRANCO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

18 DE DEZEMBRO DE 2020

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÕES.....	3
2. PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA.....	3
3. REFERÊNCIAS.....	3
4. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS E REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	4
5. RESPONSABILIDADES.....	5
6. VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES.....	6
7. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	6

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS DA M. DIAS BRANCO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

1. DEFINIÇÕES

1.1 Os termos e expressões listados a seguir, quando utilizados nesta Política, no singular ou no plural terão o seguinte significado:

“Companhia” ou “M. DIAS BRANCO” – A M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas.

“CVM” – A Comissão de Valores Mobiliários.

“Dividendos” – Correspondem a uma parcela do lucro da Companhia que é distribuída aos acionistas. O montante é proporcional à quantidade de ações que o acionista possui, sendo calculado com base no encerramento do último exercício social (balanço), podendo ainda ter como base de cálculo eventuais balanços levantados semestralmente ou em períodos menores.

“Juros sobre Capital Próprio” – Forma de remuneração aos acionistas calculada a partir da aplicação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido ajustado, apurado conforme disposto na Lei n.º 9.249/95. O valor assim apurado e pago ao acionista é considerado despesa quando da apuração do lucro tributável da companhia. Seu cálculo pode considerar o desempenho da Companhia no período corrente ou os lucros apresentados nos anos anteriores, que foram devidamente contabilizados na reserva de lucros da Companhia.

2. PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA

2.1. Esta Política de Remuneração aos Acionistas da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos (**“Política”**) tem como objetivos: (a) estabelecer as diretrizes a serem observadas pela Companhia na preparação de propostas para a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, observadas as disposições de seu Estatuto Social e da legislação vigente; e (b) esclarecer aos acionistas da Companhia e demais interessados os procedimentos adotados pela Companhia com relação à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

2.2. As regras estabelecidas na presente Política aplicam-se à Companhia e aos seus acionistas.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Esta Política foi elaborada em conformidade com as seguintes normas:

- (i) Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”);
- (ii) Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;
- (iii) Estatuto Social da Companhia;

4. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS E REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

4.1. Destinação dos Resultados: O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria Estatutária da Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social.

4.2. Dividendo mínimo obrigatório: O saldo do lucro líquido apurado nos termos do artigo 22 do Estatuto Social será ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais serão atribuídos ao pagamento do dividendo obrigatório. A Companhia pagará o dividendo das ações à pessoa que, na data da Assembleia Geral que aprovar a distribuição do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação. Os dividendos das ações em custódia bancária ou em depósito nos termos dos artigos 41 e 43 da Lei nº 6.404/76 serão pagos pela Companhia à instituição financeira depositária, que será responsável pela sua entrega aos titulares das ações depositadas. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Os dividendos previstos neste item não serão obrigatórios no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observado o disposto no art. 205, §4º da Lei nº 6.404/76.

4.3. Distribuições intermediárias ou intercalares: O Conselho de Administração da Companhia poderá declarar e determinar o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros apurados em balanços intermediários ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de juros sobre o capital próprio, de acordo com o art. 9º, da Lei nº 9.249/95, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais dividendos foram creditados. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

4.4. Objetivo para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Observadas as regras referentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, e observadas as demais disposições apresentadas nesta Política, o Conselho de Administração terá como objetivo propor dividendos e/ou juros sobre capital próprio de modo que o valor total de dividendos e juros sobre capital corresponda a um percentual alvo de 80% (oitenta por cento) do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nos moldes do disposto abaixo:

- Valor por ação das distribuições intermediárias ou intercalares: R\$ 0,06.
- Frequência de pagamento: trimestral e valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício em referência.

Nota 1: No caso de distribuição de juros sobre capital próprio, o percentual alvo deverá considerar o valor líquido para os acionistas.

Nota 2: Na hipótese de o quociente entre o endividamento líquido da Companhia e seu EBTIDA (alavacagem) atingir o patamar de 1,5 ou mais no fechamento do exercício de referência, o percentual alvo indicado no *caput* do item 4.4 passará a ser de 60%.

4.4.1. O disposto neste item não limita a discricionariedade do Conselho de Administração de, extraordinariamente, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia (atuais e projeções), bem como a situação dos mercados em que a Companhia atua e respeitadas as demais políticas da Companhia, deliberar distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital abaixo do objetivo definido nesta Política, nos termos da legislação vigente e em especial, mas não a tanto se limitando, nas seguintes situações:

- (a) utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- (b) indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA apurada no encerramento do exercício; e,
- (c) destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Compete à Assembleia Geral:

- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas.

5.2. Compete ao Conselho de Administração:

- Avaliar as condições econômico-financeiras da Companhia visando garantir a sustentabilidade do negócio;
- Declarar dividendos intermediários ou intercalares; e,
- Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio.

5.3. Compete à Diretoria Estatutária:

- Elaborar as demonstrações financeiras.

6. VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

6.1. Esta Política entra em vigor na data ao final indicada e qualquer alteração ou revisão deverá ser submetida ao próprio Conselho de Administração.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2021.

1º Versão: 18 de dezembro de 2020.

2º Versão: 10 de novembro de 2023.

* * *